

**ATA NÚMERO 16**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2012**

Aos 30 dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniu, ordinariamente pelas 8.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Manuel Antunes de Magalhães e Dr Carlos Marques da Silva Macedo, que substituiu a Dra. Olga Samões, respetivamente, Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Abel Coelho, Dra. Octávia Clemente, Dr. Hélder Ferreira, Dr. José Luís Gaspar Jorge, Eng. Carlos Carvalho e Dr. António Araújo, respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

**Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:**

Pedro Cunha, Ercília Gonçalves Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Carvalho, Luis Rua Van Zeller de Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Batista, Olívia da Conceição Carvalho, **Jorge Daniel Bessa Pinto**, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marques Silva Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, **Hernâni Carneiro**, **Oswaldo Magalhães**, **José Serafim Azevedo Files**, Joaquim Vieira Soares, **Rita Maria Silva Alves Pereira**, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Maia, Maria Rosa Castro Estebainha, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, **Elisa Antunes**, **Manuel Pinheiro**, **José António Ribeiro**, Raquel Canito, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, Luís Manuel Valente Teixeira, Adriano Santos, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Natália Gonçalves, Manuel Cândido Mendes Costa, Luís Teixeira Ricardo, **José de Freitas Ribeiro**, António Duarte, **Jorge Osvaldo Carvalho Mendes** e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia  
ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves  
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura  
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho  
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo  
CANADELO – António Dias Vitória

CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho  
CARNEIRO – Joaquim Briga  
CARVALHO DE REI – Ilídio Pinto  
CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro  
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro  
FIGUEIRÓ ( St<sup>a</sup> Cristina) – Fernando Teixeira Mendes substituído por  
Pedro Miguel Ribeiro  
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro  
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro  
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho  
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves  
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho  
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira  
GONDAR – António Bastos Teixeira substituído por Álvaro Oliveira  
Pereira  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Manuel Pinheiro  
Lomba –Paulo Vasconcelos,  
LOUREDO – Carlos Magalhães  
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães  
MADALENA – António Pinheiro  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira  
OLO – Manuel António Leite Ribeiro,  
PADRONELO – Luís Silva  
REAL – José Augusto Sousa Oliveira  
REBORDELO – José Meireles Machado, substituído por Paulo Ribeiro  
SALVADOR – António Gomes Pinheiro  
SANCHE – Henrique Monteiro  
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro  
TRAVANCA – Fernando Cunha  
VARZEA – Abílio Sampaio  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ – Rui Coelho  
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Foi nesta sessão dada posse a três novos elementos, que fazendo parte da lista de eleitos da força partidária que representavam, substituíram: nesta reunião os senhores: Joaquim Cândido Leite Moreira por José Serafim Azevedo Files, José Francisco Rodrigues por José de Freitas Ribeiro e Rita Maria Alves Pereira por Carlos Manuel Azevedo Pereira.

Feita a chamada e verificada a existência de Quórum foi dado início aos trabalhos dando-se leitura da correspondência e ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Da correspondência foi dado destaque ao pedido de renúncia da senhora deputada Sandra Marinho do partido Socialista.

Deu ainda entrada na Mesa uma Moção, subscrita por todos os líderes, sob título “Linhas estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária”, que foi lida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal,

que se dá aqui por transcrita. Encontra-se nos anexos desta ata a que foi dado o número 1.

Foi de imediato posta a votação a sua admissibilidade à discussão. Realizada a votação verificou-se a UNANIMIDADE nessa decisão. De seguida, e como nenhum membro da assembleia quis usar da palavra acerca desta Moção, o senhor Presidente da Mesa submeteu-a a votação final, tendo sido aprovada por UNANIMIDADE.

#### **SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU**

No uso da palavra, o senhor deputado fez uma intervenção, que aqui se dá por reproduzida e que se encontra nos anexos desta ata – Anexo 2 – onde pode ser lida na íntegra, relacionada com a situação da linha férrea do Tâmega, uma vez que, como representante do Movimento dos Utentes da Linha do Tâmega, deve dar a conhecer todo o processo de encerramento da Linha. Aliás para o Movimento a *“causa da linha não está perdida. Está adiada no tempo à espera de melhores políticas e políticas, desligadas de interesses instalados”*. O mais difícil está lá. O trajeto.”. Disse ainda que *“bastaria um pedaço de euros das derrapagens financeiras do metro do Porto que facilmente se resolveria este problema”*.

#### **ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra, questionou a Câmara no sentido de saber se já havia alguma solução para uma rede de transportes de acesso ao novo hospital?

De seguida felicitou a Junta de Freguesia de Cepelos pela construção do passeio que vai das Carvalhinhas até Formão. Disse que, no seguimento deste porque não fazer o mesmo na Madalena, desde o Arquinho e em toda Avenida Alexandre Herculano/Feitoria?

Referiu-se de seguida à obra do saneamento em Vila Caíz e se não seria possível que com essa mesma obra se construísse um novo acesso?

Continuou a sua intervenção para referir o problema das dificuldades que muitas famílias estão neste momento a viver, perguntando se Amarante é por acaso uma exceção? Perguntou se há da parte dos serviços de apoio social da Câmara algum estudo que nos diga em concreto quantas famílias são apoiadas e como tem aumentado ou diminuído esse apoio? Qual o número de desempregados existente no concelho?

Terminou a sua intervenção dizendo que quanto ao novo mapa judiciário, Amarante só perde. Foi a EDP, foram os serviços da PT e agora os serviços do Tribunal. Onde para a luta da Câmara para este novo caso?

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra, o senhor deputado fez uma intervenção relacionada com os 22 anos de governação autárquica do partido socialista em Amarante. Transcreve-se de seguida a intervenção que também se encontra nos anexos desta ata.

“Correm céleres e longos os tempos da política autárquica em que há mais de 22 anos o Partido Socialista determina as regras da conduta no concelho, os modos da sua comunicação e a forma de cumprir a ‘causa pública’ de Amarante. A seu jeito, num *modus operandi* de fâcies austéra e de apregoado rigor intransponível, sem pressões conjunturais de monta, a obrigar justificação e esclarecimento mais aturado em perfeita ambiência de apatia sonambúlica, é na oposição que se configura o reflexo da anormalidade institucional, em que pouco ou nada suscita a dúvida e o questionamento pela necessidade maior de esclarecimento conforme.

Há, no entanto, matérias expostas na sociedade que repercutem um timbre de governação autárquica passível de desagrado público e contestação política, quando na aparência deste doce balanço sonolento faz crer que tudo está em seu lugar. Surpreendentemente, ou talvez não, continua a Câmara Municipal e o Sr. Presidente prejudicados com a falta do ‘acicate da oposição’ (aquela mesma oposição, presente no presente, a quem já louvou pelo seu insustentável amorfismo), pela carência de uma pluralidade quase inexistente que não se sente e que Amarante acaba por acusar no declínio sócio-económico.

Na diversidade dos temas da actualidade concelhia, configuram-se de particular relevância quatro temas a que o Sr. Presidente da Câmara deve necessariamente explicação a esta Assembleia ou, simplesmente, esclarecimento como ditam as regras da democracia refletidas nas obrigações que a Câmara Municipal tem para cumprir perante este Órgão Autárquico.

1 – Decorreram sensivelmente 3 anos desde que V.a Ex. Cia, Sr. Presidente da Câmara, mandou instaurar um processo judicial contra um cidadão morador na Rua da Burgada, freguesia de São Gonçalo – Amarante, por ter efectuado ampla denuncia pública do seu prejuízo por erros atribuídos ao pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Amarante.

Volvido este tempo e sabendo-se que já há cerca de um ano decorreu a respectiva audiência judicial, qual é o ponto da situação relativo ao referido processo? E, neste contexto, informe V.a Ex.cia esta Assembleia se houve ou não custos para a Autarquia, resultantes desta sua iniciativa jurídica contra o cidadão visado.

2 – Muitas têm sido as queixas dos amarantinos moradores na parte Oeste da cidade que, sem apelo nem agravo, suportam as intensas cargas odoríferas exaladas pela ETAR de Amarante, e que, desde a sua inauguração, dá provas manifestas de uma caducidade incomportável. O rio ressenete-se, mas não o sentirá também a Câmara Municipal nos apuros do seu pelouro do Ambiente?

Sabendo-se da legislação que defende o Ambiente, em geral, e os cursos de água, em particular, no contexto específico de saneamento básico de Amarante, fica V.a Ex.cia com a oportunidade de esclarecer e transmitir a esta Assembleia a coima ou coimas aplicadas à autarquia Municipal por infracção legal, o seu montante e a razão de aplicação das mesmas, com

especial incidência sobre a aplicada pelo SEPNA - GNR (Serviço Protecção da Natureza) no ano de 2010 mais propriamente no mês de Agosto que creio ter sido objecto de recurso, por parte da autarquia e que, talvez por lapso, V. Excia. nunca referiu.

3 – Nos moldes em que o Sr. Presidente da Câmara quis ver aprovada a Carta Educativa de Amarante, tal como nela ficou patenteado, a ideia de planeamento do território educativo de Amarante e dos avultados investimentos públicos em curso são perfeitas omissões, no que reporta aos equipamentos e às localizações preferenciais da rede de estabelecimentos escolares que entretanto viriam a ser contratualizados em contextos não previstos no referido documento estratégico do planeamento municipal.

Em concreto, na área da cidade de Amarante, faz incidir sobre si a interrogação e a dúvida quando colocados perante a constatação do Centro Escolar da Madalena-Lufrei. Um equipamento que poderia justificar a expansão da cidade vem adensar uma área já de si problemática, de congestionamento e dificultada pela carência de acesso ao equipamento. Acresce que o método construtivo teve que ser assente em estacaria, dada a geografia do terreno e a existência de uma linha de água, factos que só por si fazem encarecer substancialmente a construção.

No entanto, tudo fazendo crer que a opção locativa não foi certamente aleatória, mas sim ponderada, de novo, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça a razão da opção por aquele lugar para a implantação do referido equipamento, bem como quem era o proprietário dos terrenos e qual o preço da sua opção pela decisão encontrada.

4- Passando às matérias do Urbanismo, e com respaldo no que o Sr. Presidente da Câmara admitiu quanto ao cumprimento do PDM, são da sua responsabilidade diversas situações de desconformidade que afectam particularmente o sector industrial implantado no território deste concelho. Esta é matéria que não pode ficar omissa nem transitar para as 'calendas', sob pena de um dia destes o céu poder desabar sobre nós todos.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante:

Vossa Excelência sabe como eu sei, e sabe mais do que eu sei, porque eu sei que sabe, mas não contará com o meu compromisso omissivo ou com a minha presença comprometida com esta situação nem em nenhuma outra. Por isso, questiono a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, da previsível solução ou medidas de mitigação de âmbito do planeamento e visando a reposição de uma legalidade necessária e desejável, não só aos intervenientes directos, mas também a toda a sociedade amarantina, porque a todos nos afecta e a manter-se, é particularmente onerosa, para quem no contexto de espera se encontra. Na conjuntura crítica em que nos encontramos e perante as dificuldades cada vez mais acentuadas dos nossos empresários (não só no recurso ao crédito, como também nas garantias a apresentar para o efeito), por que espera a Câmara Municipal de Amarante, para tomar as medidas legislativas adequadas à normalização, regularização e legalização das situações reais precárias em cada um desses casos?

Por fim, permita-me Senhor Presidente da Assembleia Municipal que transmita e manifeste, desde já, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, o meu apreço e simpatia, pelo não convite a participar na festa em Achères, dando assim uma prova inequívoca da sensatez da decisão que finalmente faz jus pela minha participação legítima nesta Assembleia como membro do Grupo Municipal do PSD, provando da insensatez conflituosa, desrespeitadora e provocadora da Comissão Política Concelhia Local para comigo, usando sem senso nem pudor o senhor Presidente da Mesa desta Assembleia."

#### **DRA. ERCILIA COSTA - PS**

No uso da palavra, começou por dizer que o país não pode estar mais intranquilo, porque passado um ano de medidas que puseram os portugueses no limite das suas capacidades, o défice orçamental aumentou para 7,9 quando há um ano era de 7,5. Já há muito que se diz que estas medidas de recessão apenas irão conduzir o país àquilo que hoje vivemos. Continua a ser estranho como é que ainda hoje se continua com esta política. Pela primeira vez em menos de um ano tivemos mais de 144.000 desempregados. Apesar disso, o governo parece continuar tranquilo. Estamos num país em que fruto da política deste governo vamos armazenando, à semelhança da informação. Vamos armazenando alunos em mega agrupamentos. Vamos armazenando nos tribunais. Vamos armazenando na saúde e daqui a pouco somos tratados como verdadeiros animais.

Continuou a sua intervenção dizendo que a preocupa e muito com aquilo que se vai passar no próximo ano letivo. Recentemente, o senhor Ministro da Educação foi questionado acerca de quantos professores iriam ficar desempregados. Respondeu que poucos irão para o desemprego. Vão é deixar de contratar. Até parecer que os professores contratados que prestaram durante anos um serviço à educação não contam para nada. Quantos irão para a mobilidade? Uma matriz curricular aprovada em Conselho de Ministros em 31 de maio passado, já sofreu 5 alterações. Posta à discussão pública, recebeu, depois de acabado esse período, 1865 sugestões que afinal não serviram de nada, porque o documento original manteve-se inalterado. Com esta matriz, feitas as contas, muitos professores vão ter de novo de calcorrear o país. Numa campanha de marketing na Póvoa de Varzim e através de umas fórmulas matemáticas, que ninguém percebe, procuraram dar a entender que as escolas iriam ter mais verbas para o crédito horário. Isto afinal é uma falácia, feitas as contas vão receber zero, e alguns até vão perder o pouco que tinham.

Continuou a intervenção referindo-se a um novo projeto apresentado para as matrículas e frequência da escolaridade. Nunca pensou voltar a sentir discriminação nas escolas. Ainda recentemente, quando se discutiu a oferta educativa para o concelho de Amarante, verificou-se que apenas foram atribuídas ao nosso concelho 3 turmas de formação/educação e uma outra para Vila Meã. Esta era a única oferta para os alunos de insucesso. O conselho é fazer turmas grandes nem que tenham 30 alunos. Onde está afinal a igualdade de oportunidades? No documento que está para sair,

está contemplada a escola de elite. Turmas homogéneas como se qualquer criança deste país tivesse culpa da família onde nasceu. Como se qualquer criança deste país tivesse a oportunidade que têm todos. Este é o modelo onde se padroniza a elite e se discrimina o aluno com dificuldades. Para esses vem as turmas homogéneas e as cantina sociais.

#### **DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra, começou por referir-se à intervenção da oradora anterior, a quem disse que esta reforma do ensino e a criação dos agrupamentos escolares começou no tempo do governo PS. As críticas que fez, só podiam ser dirigidas ao partido socialista.

Disse ainda que a situação que hoje se vive relativamente ao desemprego, é o retrato em que o PS nos deixou. Quando o PSD iniciou funções como governo, estávamos à beira de deixar de pagar salários, nomeadamente aos professores.

Quanto ao tribunal, para o PSD o que está em causa em primeiro lugar é Amarante, esteja no governo o PS ou PSD. Prova disso é que o PSD até fez aprovar uma Moção, coisa que o PS nunca fez.

#### **DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, começou por dizer à oradora anterior que quando o anterior governo tentou agrupar as escolas o PS local movimentou-se e foi contra. Nunca a ouviu dizer que era a favor dos mega agrupamentos. O anterior governo não pode hoje ser responsável por tudo o que está a acontecer no país. Explica-se hoje tudo com a crise internacional. A crise está servir para explicar as más políticas do atual governo. Veja-se quantos governos caíram na europa. Mais de onze. Vão ver o resultado do orçamento de estado de 2011, página 22. Vejam aí as medidas propostas pelo PSD. Vejam quanto estava previsto de receita para o IVA pela Troika. Vejam o que prevê o PSD. Quatrocentos milhões propõe a Troika. Mais de dois mil milhões propõe o governo PSD . Vejam qual o número de pessoas que estão previstas para serem despedidas e venham depois dizer que a culpa é do governo socialista. Olhem para os factos e vejam se o PSD não tem previstas mais medidas de austeridade. É que mais medidas de austeridade levam à recessão e o PSD alinha nesse discurso.

#### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara começou por responder ao senhor António Duarte dizendo-lhe que ele fez uma apreciação genérica acerca da linha do Tâmega. De seguida, disse à senhora deputada Elisa Antunes que ela devia ter lido melhor os documentos que lhe foram enviados, porque assim saberia que a obra a que se referiu, não é uma obra da Junta de Freguesia, mas sim da Câmara.

Referiu-se, de seguida, à intervenção do senhor deputado Eng. Henrique Baptista, a quem disse que, quem iniciou o processo de contra ordenação do imóvel na Burgada foi a Câmara, mas que depois foi efectuada para o Ministério Público uma vez que a Câmara se sentiu ofendida. Num primeiro processo, o arguido foi condenado. Depois, como

recorreu, foi absolvido no Tribunal da Relação do Porto. A Câmara não teve de pagar quaisquer custas.

Disse que, alguns magistrados, tem um ódio de morte aos políticos. Referiu-se de seguida ao caso do gravador que foi retirado a um jornalista por um político, dizendo que este tinha razão porque também lhe parece que a nenhum jornalista devia ser permitido perguntar a um político se ele cometeu algum crime. Se calhar já começa a ser altura de se meter alguns jornalistas na ordem.

Relativamente aos cheiros da ETAR, disse que a ETAR de Vila Caiz está pronta. Está em construção o emissário. A empresa Águas do Ave é a responsável pelo sistema e logo que esteja pronto, será desligado o sistema em Amarante. O atraso deve-se aos constantes atrasos nas autorizações por parte do Ministério do Ambiente. Nem todos os dias se sentem os cheiros e sempre que os há, é de imediato comunicado aos técnicos para se tentar minimizar o problema

Relativamente ao Centro Escolar, entre várias hipóteses, foi determinado que fosse aquele o terreno ideal. Vamos esperar pelo final da obra e pelos arranjos exteriores. A sociedade amarantina muitas vezes critica, mas esquece-se que tem a obrigação de dar ideias e colaborar com a Câmara.

Continuou a intervenção dizendo, que os industriais sabem que ao cometer uma ilegalidade vão mais tarde ter problemas. Não podemos é deixar que continuem a cometer ilegalidades para que depois, mais tarde, os políticos resolvam. Todos sabemos que grande parte do parque industrial do país está ilegal. Temos de procurar o equilíbrio. A Câmara de Amarante colaborará sempre no encontro das soluções. Agora, não pode é ultrapassar instâncias superiores. O senhor deputado Henrique Batista, sem dizer o nome, referiu-se à empresa Metalcardoso, onde a solução para resolver o problema é repor uma linha de água ali existente, reposição essa exigida também pelo ARH. Relativamente a esta situação, a Câmara nada fará, porque nem sequer tem competência para isso. Agora é preciso que se perceba que a Câmara não está nem nunca esteve contra os industriais.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra, disse que não traz nem leva recados a ninguém . As suas funções na Assembleia Municipal tem dignidade e responsabilidade. Pretendeu falar daquele industrial, mas também de todos os outros que tem problemas para resolver. Tudo o que for possível legalizar deve ser legalizado, até pela situação que o país atravessa.

Perguntou depois se todas as compras de terrenos por parte da Câmara foram ou não objeto de ações judiciais?

#### **ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra, começou por dizer que apenas fez perguntas, iguais a muitas outras que por outros membros vão sendo feitas. Lembrou que já foram votados assuntos que vieram à Assembleia em CD e não foi

por isso que não foram votados, com a quase certeza de que ninguém os leu.

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

O senhor Presidente da Câmara disse que as pessoas tem de saber como é que tudo mais ou menos funciona. Quem desde o início quer cumprir a legalidade, tem todo o apoio da Câmara. Se por uma questão de legalidade a Câmara não consegue resolver o problema seja ele de quem for, já não presta. Se resolve ou ajuda a resolver, então já é tudo bom. Pediu ao engenheiro Batista que leve o recado. Disse ainda que Amarante é feita com todos nós.

Respondeu de seguida à senhora deputada Elisa Antunes que relativamente aos transportes para o novo hospital, deu-lhe como exemplo o que se passou em Penafiel. A Câmara adquiriu autocarros para fazer o circuito de e para o hospital a partir de vários pontos da cidade e verificou-se pouco tempo depois que o negócio era ruinoso. Teve de vender os autocarros. Enquanto for Presidente da Câmara, não criará nenhuma rede de transportes. O hospital abriu apenas em maio e só com a valência de psiquiatria.

### **PERIODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**

Usou da palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO** que disse :

O que me traz aqui é fazer um reparo e levantar 2 questões ao Sr. Presidente da Câmara. Assim, relativamente ao reparo, este tem a ver com a conferência relacionada com o turismo em que um dos convidados conta o episódio de ao perguntar pelo centro cultural, as pessoas pura e simplesmente desconhecerem a localização. Não devia acontecer («só se ama o que se conhece») todavia é dever da Câmara colocar a sinalética informativa respetiva.

Quanto às questões, elas são as seguintes: na conferência em que o convidado foi o Sr. Dr. Mário Soares, cujo tema estava relacionado com a crise europeia que se está a viver, este começou por dizer que teríamos um bom par de horas para debater o assunto, todavia não foi isso que aconteceu já que o tempo de debate foi escasso, pois o orador aproveitou para lançar o seu livro e o tempo não se estica; deixe-me fazer uma confissão: não admiro a pessoa em causa, não a venero(só aos santos) e muito menos adoro(só a Deus) apenas a respeito, contrariamente a outros socialistas por quem sinto estima e admiração, casos de Eng. Guterres, Dr. Sampaio, Dr. Salgado Zenha, Dr. .Fernando Valle, etc. a quem apelidaram de «aristocrata da esquerda» e a quem o Dr. Almeida Santos haver dito que era o único médico que conhecia que empobreceu a exercer a profissão(«feliz aquele que no fim da vida só tem o que deu aos irmãos», diria que o Sr. Dr. Fernando Valle que faleceu com a proveta idade de 103 anos foi o “João Semana” dos nossos dias) a questão è a seguinte: o convidado (Dr. Mário Soares) veio para falar sobre a Europa ou tratar dos seus negócios(vender os livros)?

A outra questão prende-se com a reforma da organização autárquica; embora fazendo parte do memorando da Troika há que lembrar que além das freguesias os municípios serão também chamados a reorganizarem-se (veremos se há coragem ou se continua a velha e estafada «fortes com os fracos», e apenas mexem nas freguesias) e nesta nova organização autárquica (freguesias e municípios) quanto se irá poupar aos míseros 0,009..% do O.E. destinados às freguesias, esta reforma está em conformidade com a carta europeia do poder local, e Sr. Presidente há autarquias que estão a pensar fazer um referendo e a minha pergunta é a seguinte: para que o referendo tenha carácter vinculativo este só depende da maior ou menor participação popular?

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

O senhor Presidente da Câmara, referindo-se à intervenção deste cidadão, disse-lhe que era natural que ele tivesse mais admiração por uns secretários gerais do PS do que por outros. É normal. Disse-lhe também que o Dr. Mário Soares é uma figura do Partido. Veio a Amarante falar da Europa e disse pouco, mas o que disse foi bom. E o pouco que disse é que este modelo de desenvolvimento económico não dá. Vamos ter de mudar do liberalismo e do neoliberalismo para outro modelo de desenvolvimento económico. O que hoje se passa não está só ao nível da Europa. Está a nível mundial. Está hoje convencido de que a crise do euro é mais a crise do dólar do que do próprio euro. Se o dólar deixar de ser a moeda de troca internacional, os Estados Unidos ficam de rastos. Enquanto continuar assim, e as máquinas rotativas continuarem a fazer dólares quando for necessário, a crise certamente continuará.

Disse ainda que, nesta presença do Dr. Mário Soares, em Amarante, a editora resolveu por à venda um livro e promover uma sessão de autógrafos, que foi um êxito. O livro é muito interessante, muito bem escrito, muito simples, mas que nos dá uma panorâmica da política portuguesa desde o antes do 25 de Abril até aos nossos dias. Diz ainda que o mais importante na política não são os grandes discursos, mas sim as relações humanas.

O grande problema das pessoas como o Dr. Mário Soares, que chegou aos 87 anos, não é o medo da morte em si, mas sim o medo de ficar esquecido.

Relativamente ao referendo, disse ao senhor António Adelino que pode fazer-se, mas de nada adianta porque não pode ser vinculativo. Pode ser feito, mas é inócuo. Não se pode fazer um referendo sobre matérias em que a Câmara não tem autonomia para decidir. Agora, concorda com o facto desta reforma não ter pés nem cabeça. Devia em primeiro lugar, começar-se pelo esquema de atribuições, competências e financiamento e, só depois, então as freguesias diriam se queriam ou não fundir-se. Todo este processo é uma falsa questão, porque a agregação das freguesias não vai trazer qualquer poupança. Pelo contrário. Em bom rigor, as despesas seriam maiores porque passariam a ter mais atribuições e competências.

## **PONTO N° 1 . ATA DA SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 2012**

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores.

### **ANTONIO DUARTE – CDU**

Relativamente à ata, o senhor deputado solicitou que na página 5, no texto da sua intervenção, última linha, onde se lê *“não tem o mínimo de condições para que diariamente os usa”*, deve ler-se *“para quem diariamente os usa”*.

### **DR. VITOR REI – PSD**

No uso da palavra, solicitou que o texto do edital da ordem de trabalhos fosse alterado no que diz respeito ao ponto número 1 dessa mesma ordem, uma vez que ali se diz *“aprovação da ata de 24/02/12”*, devia dizer-se *“aprovação da ata de 30/04/12”*.

### **SR. DANIEL PINHEIRO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FIGUEIRÓ**

No uso da palavra, solicitou que no texto da sua intervenção, inserto na página 6 da ata, na terceira linha onde se lê *“ Há uns 3 meses atrás...”*. deve ler-se *“Há cerca de um ano atrás...”*. Na quarta linha, onde se lê *“... com a reforma de um deles ficaram cerca de 1524 sem médico, dão que tem 1920 doentes...”*. Deve ler-se *“com a reforma de um deles ficaram cerca de 1524 sem médico. Um tem 1920 doentes e o outro tem 1730”*.

Como mais nenhum senhor deputado usou da palavra relativamente a este assunto, passou-se de imediato à votação da ata. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 0**

**ABSTENÇÕES – 5**

**VOTOS A FAVOR 55**

Foi também aprovada em minuta por Unanimidade.

## **PONTO NUMERO 2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA**

Usaram da palavra os senhores:

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra, disse que este ponto não pode ser discutido porque não traz como suporte documental o inventário do património. Pelo menos ele não recebeu qualquer documentação.

O senhor Presidente da Assembleia respondeu-lhe que a responsabilidade da documentação é da Câmara. A Assembleia Municipal apenas envia aquilo que recebe da parte da Câmara.

Foi de seguida dada a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara, **DRA. OCTAVIA CLEMENTE**, que disse que o inventário tem vindo a ser atualizado. No tocante ao inventário geral o que ficou acordado é que fosse apresentado no início do ano. Mesmo assim, está ao dispor das pessoas que queiram consultar o que já existe.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** referindo-se ao artigo 9º do regimento disse que esse relatório só tem de ser apresentado na segunda e quinta sessões. Está efetivamente a mais.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

Usou da palavra para dizer que é efetivamente nas segundas e quintas sessões que esse assunto devia ser discutido. Para não andarmos de ilegalidade em ilegalidade, o melhor será retirar o ponto da ordem de trabalhos. A ser discutido, transforma a Assembleia numa ilegalidade.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que a única hipótese é alterar o ponto nesta Assembleia.

#### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente disse ao senhor deputado Henrique Batista que o que está a mais não prejudica. O que está a menos é que prejudica. O relatório deve apenas referir o essencial. Não vê mal nenhum em que se fale no ativo do município quando se fala na situação financeira. Tem havido a tentativa de se equiparar a contabilidade pública à privada, onde entram os lucros e as perdas. E é por isso que nos obrigam a fazer o inventário. Só deveria fazer-se o inventário dos bens transacionáveis. Que interesse tem o valor de uma estrada, se até nem é um valor transacionável? Numa análise financeira pode dizer-se que o município deve por exemplo dois milhões de euros, mas que tem quatro milhões em estradas. Tem um ativo positivo. Isto é mentira, porque as estradas não são bens transacionáveis. O município se precisar de receita não pode vender as estradas, porque elas não têm valor em termos económicos. Não vê mal nenhum que se fale do inventário dos bens. Mas se isto não adianta nada, também não atrasa, porque este assunto nem sequer tem votação.

#### **ENG HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra, disse que apenas quer contribuir para que a Câmara no fim de 24 anos de governação deixe um legado com os bens que pertencem à Câmara. Não quer saber quanto custa a estrada. Agora, precisa de saber quanto é que a Câmara investiu numa parceria com uma qualquer empresa. É um direito que lhe assiste. Preciso também saber de quem são as estradas. Está correto quando assume que não tem um inventário completo. Tem é de procurar deixar um inventário completo.

## **DR. VITOR REI – PSD**

No uso da palavra disse que uma vez que já foi referido o regimento, vai ele referir a lei que é superior ao Regimento. Leu, por isso, o artigo 9º nº 2, que diz que a segunda sessão é para aprovar e apreciar o inventário de todos os bens patrimoniais. A quinta sessão destina-se entre outros assuntos à aprovação do plano e Orçamento. Não faz sentido agendar para setembro, na quinta sessão a discussão do inventário. Deverá apenas ser agendado para a segunda sessão do próximo ano.

## **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DE CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente disse que para as reuniões a Câmara tem de dar a conhecer a situação económica e financeira, essa sim importante. Agora também é verdade que o inventário não é fácil de fazer, mas existe um inventário com todos bens da autarquia. Não podemos comparar uma autarquia a uma empresa. Uma empresa nasce para ter lucros e quando se trabalha para o lucro tudo é possível. No público isso não pode acontecer.

Disse ainda ao Engenheiro Batista que a informação acerca das sociedades participadas vem sempre no relatório. Nunca foi escondido nenhum documento.

De seguida usou de novo da palavra o senhor deputado **Henrique Batista** que referindo-se à intervenção do senhor deputado Dr. Vítor Rei, lhe disse que nem sempre a Lei está acima do regimento, porque há casos que parece que não está. Mas há-de um dia falar-se nisso.

## **PONTO Nº 3 – REGULAMENTO DE GESTÃO DE APARTAMENTOS PROTEGIDOS DE TRANSIÇÃO – APROVAÇÃO DEFINITIVA DO REGULAMENTO**

Relativamente a este assunto usou da palavra o senhor Vereador Dr. Abel Coelho, que disse que esta política de apoio social é exclusiva do nosso município. Pretende-se apoiar, entre outras, as vítimas de violência doméstica. Os apartamentos poderão, se for caso disso ser utilizados ainda pela proteção civil em caso de necessidade. E no apoio às crianças sinalizadas e referenciadas pela CPCJ. Existe ainda um fundo de maneiio de 1500 € para quem saia de casa sem nada. A ideia é regulamentar as situações que se vão resolvendo caso a caso.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. O regulamento foi então aprovado por **Unanimidade**. Foi também aprovado em minuta por **Unanimidade** para produzir efeitos imediatos.

## **PONTO Nº 4 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Relativamente a este assunto usaram da palavra os senhores:

## **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que genericamente e em abstrato a Assembleia já deu autorização à Câmara para que esta efetue as despesas necessárias, que tenham valor até 99.000 €. As despesas que ultrapassem esse valor, vão à reunião de Câmara e Assembleia. Isto é uma perda de tempo. Mas conseguiu-se o objetivo que é paralisar os serviços. Não passa pela cabeça de ninguém que depois de aprovados os documentos previsionais se venha à Assembleia pedir autorização para efetuar despesas do dia a dia, como seja pagar seguros, adquirir gásóleo etc. Se é só para cumprir a lei, cumpra-se.

## **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra, começou por dizer que certamente o legislador não fez esta lei há um mês ou dois. Não é por causa do depósito do gásóleo. É uma forma de controlar a despesa. Não choca votar a proposta, desde que o senhor Presidente da Câmara diga qual a baliza de valores que pretende ver aprovados, para que não lhe seja passado um cheque em branco. Tem de dizer os valores sejam eles quais forem, para que fiquem registados em ata. Se assim for, tem a sua concordância.

## **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, disse ao orador anterior que ele se estava a esquecer da autonomia administrativa e financeira das autarquias consagrada na Constituição. Tem de haver uma lei enquadradora. A lei dos compromissos já existe há muito tempo. Temos de saber qual o custo de uma despesa. Agora, não podemos prever que uma determinada obra possa durar até um prazo de cinco anos e depois de acabada termos a obrigação de ter em caixa o dinheiro para a pagar no prazo de 90 dias. Isso é para paralisar.

O governo devia era penalizar os municípios que não cumprem a lei das finanças locais. E que se endividaram para além do limite. No meio de todo este alarido, são sempre esses os mais beneficiados.

Disse ainda que tem um documento oficial em mão, que cataloga os municípios em 3 classes, a saber: Os que cumprem são chamados de “os outros”. Depois há os que “estão em desequilíbrio estrutural” e por fim os que “estão em desequilíbrio conjuntural”. Há 2 ou 3 municípios bem conhecidos que tem uma má situação financeira e estão bem classificados. Devia agir-se com transparência. Ainda está para ver o que vai acontecer com a reprogramação do QREN.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente propôs de imediato a votação do assunto. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 1 – do senhor deputado Eng. Henrique Batista**

**ABSTENÇÕES – 0**

**VOTOS A FAVOR – 76.**

Foi aprovado em minuta por Unanimidade.

**PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DO PSD PARA A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE AMARANTE.**

Usaram da palavra os senhores:

**ENG. HENRIQUE Batista – IND**

No uso da palavra, o senhor deputado fez uma intervenção com o título – Ponto 5 – PEDIDO DE ESCALRECIMENTO, que a seguir se transcreve:

“Antes de fazer a minha intervenção para apresentar uma proposta sobre o tema em discussão, “Análise discussão e votação de uma proposta para a constituição de um grupo de trabalho que proceda à elaboração de um projecto de reorganização administrativa das freguesias do concelho de Amarante”, há necessidade de V.a Ex.cia prestar um esclarecimento a esta Assembleia.

V.a Ex.cia aceitou agendar, nos termos que são conhecidos, a proposta não identificada da criação de um ‘grupo de trabalho’ para dar cumprimento à reforma administrativa do concelho. E, nesse âmbito, depois de tudo o que aqui já se passou a propósito desse sofisma de me passar compulsivamente à situação de independente, sendo eu militante de base do PSD e nessa condição eleito nas listas do nosso partido, constata-se que da composição proposta para o dito grupo de trabalho, não há lugar à figura de segregação em que ilegalmente fui colocado como independente pela Ex.ma Mesa a que V. Ex.a preside.

Nesta circunstância, e para o efeito, é de supremo interesse que esta Assembleia saiba se V.a Ex.cia me considera de novo integrado no Grupo Municipal do PSD pelo qual fui eleito e sempre pressupus legitimamente pertencer”.

O texto encontra-se ainda nos anexos desta ata.

**DR. PEDRO CUNHA – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

No uso da palavra, disse que este ponto não foi agendado pela Assembleia Municipal., mas sim pelo PSD e pela sua liderança. É obvio que a Assembleia aceita qualquer ponto, mas também aceita qualquer alteração que venha da Assembleia Municipal. Pode fazer parte desta comissão qualquer pessoa, seja como independente ou representante partidária, desde que a Assembleia assim o altere. Isto não é um ponto fechado. A Assembleia é soberana em relação a esta matéria.

## **DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, disse que na reunião preparatória informou o líder do PSD da posição do PS neste processo. Pediu-lhe, na altura, para que não constasse nenhum elemento do PS na lista. Agora, todos sabemos que este documento tem a intenção de dizer que o PS é contra. Se for retirado o PS da referida hipótese de comissão votarão a favor da proposta. Se assim não for votarão contra.

## **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra o senhor deputado fez uma intervenção sob título – Ponto 5 – INTERVENÇÃO, que a seguir se transcreve:

“Na ordem de trabalhos desta Assembleia, agendou V.a Ex.cia Sr. Presidente da Assembleia Municipal, este Ponto 5, para “Análise discussão e votação de uma proposta para a constituição de um grupo de trabalho que proceda à elaboração de um projecto de reorganização administrativa das freguesias do concelho de Amarante”, vinculando, desde logo, esta Assembleia, à marcação de uma sessão extraordinária subsequente, dando como certa a aprovação antecipada e extemporânea da eventual comissão. Assim se constata da leitura do enunciado restante deste mesmo ponto: “Marcação de uma Assembleia Extraordinária para a avaliação emanada da Comissão eleita”. Em linguagem publicitária corrente é o que se designa de ‘dois em um’.

As economias de papel e de tempo, até podem ser compreensíveis em tempos de crise, todavia, nos termos da própria convocatória há um reconhecido condicionamento implícito à livre opção deliberativa que deve ser contida e deve seguir o curso das escolhas livres do Plenário Municipal, sem apressar decisões nem, por via administrativa, condicionar opções e as escolhas institucionais no tempo próprio do universo dos representantes dos amarantinos aqui presentes.

Sustenta V.a Ex.cia, Sr. Presidente da Mesa, na redacção conferida ainda ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos, com um papel que coloca em anexo e a que V.a Ex.cia designa de “proposta do P.S.D.”, quando na realidade a referida minuta não tem identificação do Grupo Municipal do qual é proveniente, está descaracterizada do ponto de vista da sua paternidade partidária (vulgo logótipo) e é subscrita por duas rubricas não devidamente identificadas.

Há ainda a referir que essa mesma dita proposta tem a mesma data da convocatória, o que pressupõem não ter sido a mesma objecto de análise e discussão interna no referido partido nem do Grupo Municipal a que reporta, como também não tem qualquer registo de entrada na Municipalidade que pressuponha ter seguido o curso natural e oficial da correspondência que dá entrada na secretaria municipal.

A matéria da ‘reorganização administrativa e territorial’ do concelho de Amarante, não é matéria que possa ser alvo de tratamento aligeirado pela instância da qual V. Ex.cia é o Presidente, nem ficar confinada a um grupo de trabalho, constituído por meia dúzia de elementos constituintes desta Assembleia.

De experiências anteriores colhidas em iniciativas congêneres empreendidas neste órgão do Município de Amarante, dos trabalhos “produzidos” (entre aspas) por comissões constituídas na Assembleia Municipal de Amarante, lastimavelmente, quase poderíamos antecipar desde já os resultados esperados. No entanto, a matéria em apreço é de uma ordem de valor e grandeza para as nossas populações e para o concelho que desobrigue quem quer que seja entre os eleitos a tomar conhecimento e a ter de aprofundar o estabelecimento de ligação com aqueles para quem mais poderá significar a extinção da sua própria freguesia. Por isso, este assunto agora abordado nesta Assembleia não pode passar à margem dos amarantinos, das comunidades locais e do debate a quem o mesmo se deve oferecer, que é como quem diz a participar.

Pensar o nosso concelho, a sua reforma com extinção e diminuição do número de freguesias, e o futuro mapa territorial de Amarante com base nos resultados que sejam apurados e propostos por uma qualquer comissão restrita dentro desta Assembleia, neste enquadramento sócio-político municipal é evitar o contributo dos próprios cidadãos que o debate e a discussão pública podem potenciar, assim como é fazer por ignorar – como tem sido timbre, aliás – a participação, o empenho da sociedade e da população na sua própria reforma, para quem esta reforma administrativa se vai fazer sentir essencialmente.

Nestas circunstâncias, estou em total desacordo e frontal oposição a esta dita ‘proposta’ que pode ser democraticamente considerada uma ignomínia e uma desconsideração pela inteligência dos amarantinos na sua totalidade.

A matéria em causa não pode, pois, ficar confinada a esta sessão, muito menos ao trabalho ocasional de um grupo reduzido dimanado desta Assembleia, e a mais uma sessão extraordinária, para apressar decisões que irão perdurar para o futuro, ou para preservar esforços que devem ser dispendidos naquilo que a democracia tem de mais autêntico e de mais nobre.

Estamos perante o momento em que a visão ampla da política e o esclarecimento da gestão do interesse público deve prevalecer sobre a conveniência, o comodimento e a preguiça.

É neste contexto que se configura como necessário o recurso ao uso de um instrumento que a lei nos concede, nunca usado neste concelho, e que se trata da realização do referendo local, tendo em vista a tomada da decisão mais justa, mais genuína e mais assertiva no interesse de todos. Doutra modo pesará sobre V.a Ex.cia, sobre os proponentes não identificados na proposta e sobre quem se decidir por aprová-la, a responsabilidade de não saber usar as ferramentas constitucionais do regime, e de não respeitar na hora e no lugar certo o valor do povo que nos elegeu” Esta intervenção encontra-se nos anexos desta acta.

Apresentou ainda uma proposta que a seguir se transcreve:

## **“PROPOSTA**

Considerando que o novo regime jurídico da reorganização administrativa do território autárquico vem impor uma alteração no ordenamento administrativo das freguesias deste concelho;

Considerando que a aplicação do novo regime legal se vai repercutir na representatividade política das comunidades locais;

Considerando que o sistema representativo até aqui em vigor corresponde a uma representação cívica e político-social assumida na representação e na identidade dos cidadãos deste concelho;

Considerando que no interesse das próprias populações e perante a alteração do sistema representativo, não há melhor ordenamento do que aquele que resultar da livre opção e das escolhas efectuadas pelas nossas populações;

### **PROPONHO:**

**- Que a Assembleia Municipal de Amarante delibere aprovar a realização de um referendo local para efeito da auscultação da população amarantina no que concerne ao sentido de agregação/ extinção de freguesias de modo a dar cumprimento à Lei da Reforma Local”.**

O texto da intervenção encontra-se nos anexos desta ata.

### **SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU**

No uso da palavra, disse que não faz sentido a CDU fazer parte desta Comissão, porque é conhecida a sua posição contrária a esta reforma . Sendo assim recusa-se integrar o grupo de trabalho.

### **DR. ADRIANO SANTOS – CDS-PP**

Relativamente a este assunto o senhor deputado fez a seguinte intervenção: O CDS-Partido Popular neste momento, porque entende já ser passado, não vai esgrimir argumentos a favor ou contra a Reforma Administrativa.

Muito menos irá discutir a lei recentemente aprovada, até porque, após as promessas efetuadas por vários partidos e organizações representativas, julgo estar em boas mãos os pedidos de verificação da sua conformidade com a Constituição da República Portuguesa.

Como sabemos, o processo de reorganização administrativa na sua parte formal já vai a mais de meio, tendo agora o processamento para a efetiva reorganização passado para as Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais.

Ao que parece o PS, PSD e CDS estão de acordo com a necessidade da Reforma da Organização do Estado.

E se o capítulo da Reorganização do Território não foi impulsionado por iniciativa de um qualquer partido, mas por imposição da Troika, o que é facto é que se iniciou *“um amplo debate público sobre a reorganização do poder local, em particular ao nível das freguesias”*.

Aliás como preconizava o último programa eleitoral do Partido Socialista.

A todos os partidos foi dado a possibilidade de contribuir com as suas ideias para a reorganização do poder local no que diz respeito às freguesias.

Hoje, inelutavelmente tem, a nossa ordem jurídica, a Lei n.º 22/2012 de 30 de maio que veio regular o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

Se nos perguntarem, ao CDS-PP de Amarante, **se esta lei é a adequada** dir-vos-emos que não sabemos, porque não conhecemos nem melhor nem pior proposta, apenas conhecemos esta.

Se nos perguntarem se é uma boa lei, dir-vos-emos desde já que certamente poderá não ser por duas razões:

- Primeiro, não teve o contributo de outros partidos, como uma visão diferente dessa organização e

- Em segundo lugar, porque o CDS-Partido Popular tem apreciações negativas a fazer.

Esta lei poderá ser aperfeiçoada, como foi o seu projeto, com as críticas, as apreciações ou as análises que na sua implementação se farão.

Que a reforma Administrativa necessita de ajustamentos, **todos sabemos!**

Que o país necessita de uma reforma administrativa profunda, **estamos de acordo!**

Que os autarcas vão diminuir, **não há volta a dar!**

Qualquer crítica que agora se faça é, na nossa opinião, para o futuro.

Agora é necessário, com calma e conhecimento, preparar a deliberação da Assembleia Municipal sobre a reorganização, em termos territoriais, das juntas de freguesia do nosso concelho.

Respeitando, a final, a opinião ou o parecer das Assembleias de Freguesias, como a lei o exige.

Posto o que venho afirmando,

Admito que haja quem, **vincando fundamentadamente a sua posição**, possa passar ao boicote.

No entanto para sermos intelectualmente sérios devemos por antecipação dizer que:

- Os Cidadãos, com a reorganização, não deixam de ficar representados;

- Os edifícios das Juntas de Freguesia não vão fechar, a não ser que as populações o queiram, muito menos encerrar o atendimento ao público.

**Quando existe!**

- Apesar do modelo não ser o melhor o que é facto é que não deixa de existir a capacidade, quanto a mim muito reforçada, de intervenção da junta de freguesia.

Meus senhores! Entende o CDS-Partido Popular que é fundamental, neste momento histórico, que se crie um grupo de trabalho para a análise, debate e apresentação de uma proposta de freguesias a agregar e não a extinguir, como fará a Unidade Técnica.

Eu sei que não é taticamente correto ter esta posição quanto mais afirma-la.

Mas se é verdade que os grandes partidos políticos estão dependentes das suas bases autárquicas – o que leva a que qualquer

redução no número de freguesias implica sempre uma diminuição dos postos políticos disponíveis, com as consequências conhecidas – também ninguém nega que não há nada mais atreito ao populismo e à demagogia local que a defesa da condição, seja de uma freguesia ou de um município.

Por isso, estou convicto que tanto erra quem entende que basta provar a racionalidade e as vantagens desta reforma para elogiar, como aqueles que se esforçam por demonstrar a irracionalidade ou desvantagens desta para a poder **boicotar**.

Por isso, reitera o CDS-Partido Popular ser necessário a constituição de trabalho para estudar uma proposta credível para ser apresentada na Assembleia da República, não deixando que a Unidade Técnica se substitua a esta Assembleia no processo de reorganização.

É esta a nossa posição e de uma forma positiva espero que não falte o sentido a responsabilidade e a determinação, qualidades políticas virtuosas e necessárias em momentos como este.

#### **DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, disse que não lhe parecia razoável propor-se uma comissão que vá traçar um novo desenho para o concelho. Pode acontecer por exemplo que as freguesias não queiram ser extintas. A Assembleia Municipal não pode contrariar as decisões das Assembleias de Freguesia. Devemos esperar pelas decisões que elas possam emitir. Se colocarmos a hipótese de fazer um referendo, que pergunta colocar ? O Partido Socialista vai deixar essa decisão para as Assembleias de Freguesia. Não se oporão à associação de freguesias se elas concordarem entre elas.

#### **DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra, disse que o PSD não apresenta uma proposta só por apresentar. É evidente que as Assembleias de Freguesia tem de emitir um parecer, mas a lei também diz que tem de ir junto com o da Assembleia Municipal. O PSD não quer fazer isto sozinho. Quer fazê-lo com todos. Estão dispostos a fazer reuniões com as Juntas de Freguesia.

#### **SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU**

No uso da palavra, disse que estamos no principio de uma longa batalha politica. A CDU e ele próprio, não farão boicote às decisões da freguesias, se por acaso elas se juntarem . Agora, a CDU nada fará para provocar essas uniões.

#### **D. ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra, disse que toda a gente sabe que o BE é contra esta reforma administrativa. Nos concelhos onde está representado, apresentou um referendo e pelo que sabe foi aprovado. Em Amarante decidimos não apresentar. Somos contra a reforma administrativa. Não há memória de alguém se ter recusado a integrar um grupo de trabalho independentemente de concordar com o que vai ser discutido . O BE

mesmo sendo contra a reforma, não se escusa de fazer parte de um grupo de trabalho.

#### **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE OLIVEIRA**

No uso da palavra começou por pedir um esclarecimento, no sentido de saber o que é que vai acontecer daqui a 90 dias, tempo que falta para a decisão final da reforma se não houver nada vinculativo que ajude à decisão. Se não houver nada de concreto, parece-lhe que o problema vai ser resolvido a régua e a esquadro. Parece-lhe que aquilo que provavelmente seria pacífico, vai tornar-se numa guerra entre freguesias.

Muitas divisões poderão vir a ser criadas, uma vez que há freguesias com características muito próprias, bem como divisões físicas entre elas, como seja um caminho, um rio etc.

O que vai acontecer em concreto. A comissão se for criada, vai conseguir evitar os problemas que venham a ser criados?

Se o assunto vier a ser resolvido a régua e esquadro. Porque parecer que a reforma vai mesmo avançar, não estando o governo preocupado com a forma nem com os meios como vai consegui-la. Se não arranjarmos uma proposta, vamos ter de ficar com aquilo que nos for imposto. Entre o discordar desta reforma e conseguirmos o melhor para as populações, entende que se deve optar pela segunda hipótese.

#### **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA – PROF. PAULO VASCONCELOS**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta começou por fazer uma introdução histórica acerca do nosso país e do território que hoje temos. Perguntou de seguida se há algo de concreto que diga que as populações estão ou não a favor da reforma. Será que as Juntas de freguesia dão o apoio que deviam dar aos seus fregueses? Continuou a sua intervenção dizendo que não tem a certeza de nada acerca desta reforma. Esta não é a sua reforma, e cada vez aparecem mais opiniões. Esperando pelas decisões das freguesias, vamos certamente ter muitas opiniões muito diferentes umas das outras. Temos é de perceber que as coisas mudaram. A sua preocupação é servir o melhor possível a população, mas parece-lhe que seria mais fácil gerir o território fazendo-se uma reforma.

Os Centros escolares foram o primeiro passo. Esta discussão já é precisa há muitos anos e se neste momento não houver a vontade de todos para se poder encontrar a melhor solução, vamos ficar pior, porque depois será uma reforma imposta. Estamos a dois meses de poder alterar a situação.

Referiu ainda que o território amarantino precisa de ser reorganizado. Disso ninguém duvide. Portanto, vamos todos tentar contribuir para que esta reforma não seja assim tão má.

#### **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FRIDÃO – JOSE JOAQUIM M. TEIXEIRA**

No uso da palavra começou por dizer que uma coisa é o planeamento. Outra é esta reforma. Esta reforma não tem qualquer mérito porque não pensou nas pessoas. A proposta agora em discussão veio tarde. Mas temos hoje condições para que, nos 90 dias que ainda faltam, tentem fazer uma nova reorganização. Não podemos é aceitar que uma qualquer comissão vá decidir aquilo que vai ser bom para a sua freguesia.

**SR JOSE DE FREITAS RIBEIRO – PS**

No uso da palavra, perguntou se por acaso a comissão for constituída, qual a estratégia de trabalho a adotar? Já há preparado algum método de trabalho?

**ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra, disse que a 90 dias do fim do prazo já está toda a gente aflita. Esta reforma não leva em linha de conta as populações que, na maioria dos casos, se calhar nem a querem. Era nas freguesias que o assunto devia ser discutido em primeiro lugar. É a elas a quem a reforma mais diz respeito. Pelas palavras do senhor Presidente da Junta da Lomba, para que na sua freguesia resolveu o problema. Se assim foi, diga ao senhor Presidente da Junta de Oliveira como fez.

**SR. PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA – PROF. PAULO VASCONCELOS**

No uso da palavra começou por dizer que há medida que a discussão avança nunca pensou que as diferenças entre freguesias fossem tantas. Na Lomba foi votado por unanimidade em Assembleia de Freguesia que a Lomba fosse agregada à freguesia do Salvador. Perguntou se em tudo o que decide no país é consultada a população? É evidente que não é e isso não é falar politicamente sério. A Assembleia foi eleita democraticamente e se se começa a por em causa tudo o que ali é decidido, então mais vale a pena não dizer mais nada. Se houvesse a possibilidade de referendo seriam as populações a fazê-lo. Aqui, o que se pede é o parecer da Assembleia de Freguesia e o parecer da Assembleia Municipal. Faça-se aquilo que a população quer para ganhar alguma coisa com esta reforma administrativa.

**DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, começou por referir-se à intervenção do orador anterior dizendo-lhe que lhe ficava bem um pouco de humildade e consideração por todos os eleitos que como ele foram eleitos democraticamente. Não é pelo facto de estar aos berros que vai impor mais credibilidade à posição da Assembleia de freguesia da Lomba em detrimento a outras.

Disse ainda que as pessoas são todas diferentes, há identidades muito diferentes. O senhor Presidente da Junta sabe muito bem que é assim.

Terminou a intervenção questionando porque é que o Presidente Alberto João Jardim não está preocupado com a reforma e muito menos que ela venha a ser a régua e a esquadro. Com o município de Faro passe o mesmo. A explicação é a mesma para ambos: Contra a vontade do povo ninguém faz nada

#### **SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU**

No uso da palavra, disse que o que o preocupa são os “nim”. Tudo isto tem a ver com maldito centralismo de Lisboa. A reorganização territorial começou com o 25 de Abril e com o fim dos regedores. Como seria possível unir Murgido com Póvoa de Ansiães que têm problemas que já se arrastam há anos. Lufrei/Moure. Com unir por exemplo Moure a Gondar a Padronelo?

Em devido tempo, os senhores Presidentes de Junta deram, numa manifestação/concentração uma resposta cabal ao governo relativamente a este assunto. Há poucos dias passou-se o mesmo em Barcelos.

A CDU sempre defendeu como alternativa a regionalização.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra disse que, ficou sem perceber se a decisão da Lomba foi tomada em conjunto com o Salvador ou se foi arbitrariamente toma só. Se foi em conjunto, estamos no bom caminho. Se assim não foi não estamos no bom caminho.

Desafiou ainda os senhores Presidentes da Junta que digam nesta Assembleia quais foram as Juntas de Freguesia que sabendo que é possível conversar entre si, já promoveram esse encontro no sentido de encontrar uma solução?

#### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente disse que toda a gente sabe qual é a posição do PS nesta reforma. A posição é de não se envolver nela , porque a reforma está começada ao contrário. Em primeiro lugar. Se o governo tivesse uma proposta séria devia legislar acerca de um novo quadro de competências para as freguesias. É evidente que o governo não está preocupado com o desenvolvimento territorial e nem na coesão social e territorial das regiões. As alterações ao mapa judiciário vão nesse sentido. Porque razão é que a NUT III Tâmega vai para Valongo e Gondomar? Toda a gente percebe que isto é uma questão claramente política. É criar o anel que o Dr. Marco António quer. O objetivo desta reforma e doutras, é centralizar ao máximo o poder em Lisboa. Por outro lado, é também dividir os autarcas para que estes não possam influenciar as decisões dos próprios partidos. Terminou a intervenção dizendo que o PSD não teve força para avançar a reforma para os municípios e estão agora numa luta pela sobrevivência do Ministro Miguel Relvas.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Mesa referiu que estávamos na presença de duas propostas. Ou se votavam em conjunto ou se votava em primeiro lugar a aceitação da proposta do senhor Engenheiro Batista. Que foi de novo lida.

Usou então da palavra o senhor **ENG. HENRIQUE Batista** que leu o artigo 25º do Regimento, alínea e), que não diz ali que nenhuma proposta que faça parte da discussão de um ponto tenha de ser votada.

**DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra, começou por pedir ao senhor Presidente da Mesa que lhe lê-se de novo o parágrafo que refere a realização de um referendo. Não podemos votar a realização de um referendo, porque neste caso, estamos a fazer um referendo à lei. Por isso, nem sequer pode ser aceite uma proposta, que faz uma proposta ilegal e inconstitucional. Isso é matéria exclusiva da Assembleia da República. Votarão contra a admissão da proposta porque é ilegal e inconstitucional.

**ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND**

No uso da palavra, disse que ilegal, são todas as Assembleias que o têm na situação que tem enquanto membro da Assembleia Municipal. Ilegal é ter o desprante de dizer que a lei está acima do Regimento. Ilegal é que a Assembleia se tenha transformado num plenário do PSD para o julgar.

**DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, disse que não estava a perceber esta discussão. Sempre se votaram as admissões de propostas e por isso o PS votará mais uma vez a admissão desta proposta.

**DR. ADRIANO SANTOS – CDS – PP**

No uso da palavra disse que se está em causa o espírito democrático, deve a exemplo de muitos casos anteriores votar-se a admissão da proposta.

Por sua vez a senhora deputada **Dra. AMELIA OLIVEIRA**, disse que não há memória de se ter votado a admissão de proposta inconstitucionais. E esta é.

De seguida foi então posta à votação a proposta do senhor deputado Eng. Henrique Batista. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 11**

**ABSTENÇÕES 1**

**VOTOS A FAVOR – 55**

O senhor Presidente da Assembleia disse que temos então duas propostas. Disse ainda que até setembro, deve ficar definido se Assembleia Municipal de Amarante vai tomar ou não uma posição. Para isso, devem também as Assembleias de Freguesia fazer chegar à Assembleia Municipal as suas decisões. Ainda temos prazo até 15 de outubro.

A DRA AMÉLIA OLIVEIRA leu, para reforçar a ideia de inconstitucionalidade, o artigo 240º da Constituição.

**PROF. CANDIDO COSTA – PS**

No uso da palavra, começou por dizer que não podemos decidir pelos outros. As Juntas de Freguesia devem consultar os seus cidadãos. A população deve participar nessas Assembleias de Freguesia e ser-lhe permitido dar opinião. Não se lhe pode impor nada. O referendo, a ser feito deve ser realizado em cada freguesia. Se queremos união com a freguesia vizinha ou outra, devemos perguntar primeiro se eles querem unir-se.

**PRESIDENTE DA FREGUESIA DA LOMBA – PROF. PAULO VASCONCELOS**

No uso da palavra, disse que quem tomou a decisão foi a Assembleia de Freguesia da Lomba e não ele. Mas afinal o que tem a ver a opinião da Assembleia de Freguesia da Lomba com a que posa vir do Salvador?

Usou de seguida a palavra o senhor **ENG. HENRIQUE Batista**, que disse que parece que há juristas na sala a dizer que um referendo local é ilegal e inconstitucional. A ser assim e se fosse verdade, então anda tudo doido por esse país abaixo.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FREIXO DE CIMA – SR. ABILIO NEVES**

No uso da palavra, disse que à medida que a discussão avança, cada vez fica mais confuso. Todos sabemos que a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia foram eleitas pelo povo, pelo que, tem de defender os interesses do povo.

Se fosse feito um referendo, como é que se faziam as perguntas? E se só 50 % dos leitores votassem?

Na sua freguesia foi decidido que deviam ficar sozinhos. Aceitarão qualquer freguesia que queira unir-se a Freixo de Cima. Para isso, já contactou aquelas que à partida lhe parecia que podiam fazer parte desse conjunto. Se eles assim o entender muito bem. Se assim não o entenderem, ficarão sozinhos.

**DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, referiu-se às palavras do orador anterior, para dizer aos senhor Presidente da Junta da Lomba que é assim que deve ser feito. É preciso perguntar “à noiva ” se ela aceita casar.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da proposta apresentada pelo PSD. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 36**

**ABSTENÇÕES – 4**

**VOTOS A FAVOR – 30**

A proposta foi rejeitada.

Usou de novo a palavra o senhor PREISDENTE DA CÂMARA, que disse que o referendo é inconstitucional. A ser feito, teria de ser a Câmara a fazê-lo e não lhe apetece muito andar a fazer referendos que nem sequer poder vinculativo terão. E depois, não basta aprovar o referendo. É preciso aprovar as perguntas que se irão fazer. A Câmara acatará ou não o que for decidido.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND.**

Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara as palavras que disse. Finalmente um jurista repôs a verdade. Fica bem com o facto de se ter hoje discutido este assunto è para fazer estes debates que ganha um senha de presença.

Por sua vez, o senhor deputado **DR. ADRIANO SANTOS**, disse estar de acordo com o senhor Presidente da Câmara, mas também disse que o senhor deputado Henrique Batista continua a não dizer em que condições faria o referendo, e que perguntas lá colocaria.

A senhora deputada **DRA. AMÉLIA OLIVEIRA**, veio ainda dizer que o senhor deputado Henrique Batista veio provocar o debate e não só e só por isso leva-lhe a pensar que as pessoas não estão de boa fé.

O senhor deputado **HENRIQUE Batista**, usando a figura de defesa da honra, disse à Dra. Amélia que ela nem sequer merecia que lhe fosse dada uma resposta.

Passou-se de imediato á votação da proposta. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 65**

**ABSTENÇÕES – 6**

**VOTOS CONTRA – 1**

O senhor Presidente da Junta de Figueiró fez uma declaração de voto, dizendo que se absteve porque está muito confuso com todo este debate. Ainda vai ouvir opinião da sua gente e só depois ser formará uma opinião.

O senhor Presidente da Assembleia, terminou a discussão deste assunto, apelando mais uma vez às freguesias que até ao mês de setembro tomem uma decisão, seja ela, sim, não ou talvez.

### **PONTO N° 6 – NOMEAÇÃO DE JUIZES SOCIAIS**

Relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia, explicou que este ponto seria decidido por votação. Explicou aos presentes a forma como o fazer. Usaram ainda da palavra os senhores:

#### **PRESIDENTE DA JUNTA DE C. REI – SR ILIDIO PINTO**

Usou da palavra para perguntar como é que foi feita a escolha e com que critérios?

#### **ELISA ANTUNES – BE**

No uso da palavra, questionou o facto de os primeiros quinze cidadãos serem funcionários da Câmara. Porque é que é assim?

Por sua vez o senhor deputado DR. ADRIANO SANTOS, perguntou também qual o critério da escolha?

Respondeu a estas questões o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA, que disse que a Câmara tem de indicar técnicos que pertencem ao seus serviços, porque os juizes sociais vão intervir em causas do foro social. Quem habitualmente lida com serviços da causa social são os técnicos da CPCJ. Que conhecem a realidade e os muitos problemas. Por outro lado, sempre que chamados são os que mais facilidade de poderem estar presentes. Nestas coisas, toda a gente quer estar. Agora, quando é para trabalhar, muito poucos aparecem. Isto é um assunto sério que carece de um acompanhamento quase constante e a Câmara tem a obrigação de prestar esse serviço público.

De imediato foi dado início ao processo de votação, sendo chamado um a um cada elemento da Assembleia Municipal e descarregado o seu voto num caderno eleitoral elaborado para o efeito.

A lista apresentada foi eleita com **59 VOTOS A FAVOR, 7 ABSTENÇÕES E 10 VOTOS CONTRA.**

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos quando eram 14 horas. Da presente sessão foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

**O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_



